



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Separata n.º 43/XII

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

**Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses
no território continental à Região Autónoma dos Açores**



SEPARATA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

APRECIÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES E ASSOCIAÇÕES SINDICAIS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 5 do artigo 54.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 56.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução da ALRAA n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da ALRAA n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, avisam-se as comissões de trabalhadores e as associações sindicais, que se encontra em apreciação pelo prazo de 30 (trinta dias), a contar da presente publicação, o seguinte diploma:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/XII (GOV) - “Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores”**

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até ao dia 26 de dezembro de 2023, à Presidente da Comissão de Política Geral, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores através do correio eletrónico com o seguinte endereço: assuntosparlamentares@alra.pt.

O texto da referida iniciativa encontra-se publicado na Separata n.º 43/XII do *Diário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores*, que pode ser adquirido na mesma, ou consultado no sítio da ALRAA, em www.alra.pt.

Pode também ser consultado na “Página” Internet da Assembleia Legislativa, no seguinte link: <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR068.pdf>

A Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral, Elisa Lima de Sousa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores

O Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, pela Lei n.º 38/2017, de 2 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio, veio criar o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, determinando o conjunto de deveres, direitos e regalias a que têm acesso e as condições em que os mesmos se concretizam, bem como as regras do exercício da função por parte dos bombeiros voluntários dos quadros de comando e ativo.

Com a alteração introduzida pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, foi alargado às regiões autónomas o âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, tendo sido salvaguardada também, através do seu artigo 1.º-A, a integração dos bombeiros das regiões autónomas no recenseamento nacional dos bombeiros portugueses, regulado pelo Decreto-Lei n.º 49/2008, de 14 de março.

O regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental foi objeto de adaptação à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/A, de 9 de abril.

O presente decreto legislativo regional introduz melhorias na Região Autónoma dos Açores quanto às condições e atratividade para o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ingresso e manutenção de bombeiros voluntários na Região Autónoma dos Açores, bem como novas regras com impacto na regulamentação existente, destinadas a agilizar o funcionamento dos corpos de bombeiros, visando proceder a uma melhoria na sua eficácia, e revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/A, de 9 de abril.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a seguinte proposta de decreto legislativo regional:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto legislativo regional procede à adaptação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, o qual define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente diploma, entende - se por:

- a) «Bombeiro» o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por atividade cumprir as missões deste, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável;
- b) «Corpo de bombeiros» a unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões previstas na lei;
- c) «Entidade detentora de corpo de bombeiros» a entidade pública ou privada, designadamente o município ou a associação humanitária de bombeiros que cria, detém ou mantém um corpo de bombeiros.

Artigo 3.º

Adaptação de competências

O Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, é aplicável à Região Autónoma dos Açores com as adaptações orgânicas seguintes:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- a) Reportam-se ao membro do Governo Regional com competência nos domínios da proteção civil e bombeiros as referências feitas aos membros do Governo da República;
- b) Reportam-se ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) as referências feitas à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), e à Direção Nacional de Bombeiros (DNB), bem como, as referências feitas ao Comandante Operacional Distrital (CDIS), e à Escola Nacional de Bombeiros (ENB);
- c) Reportam-se à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores as referências feitas à Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- d) Reportam-se ao Conselho Regional de Bombeiros as referências feitas ao Conselho Nacional de Bombeiros;
- e) Reportam-se à Federação de Bombeiros dos Açores as referências feitas à Liga dos Bombeiros Portugueses, no que se refere às definições das carreiras de oficial bombeiro, bombeiro e bombeiro especialista.

Artigo 4.º

Recenseamento dos bombeiros da Região Autónoma dos Açores



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O SRPCBA é, na Região Autónoma dos Açores, o serviço responsável pelo recenseamento dos bombeiros a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º-A do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

Artigo 5.º

Benefícios e majoração de regalias no âmbito da educação

1 - Os bombeiros que tenham beneficiado de regalias, nos termos do disposto do n.º 11 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, têm direito às majorações seguintes:

a) O valor correspondente, no limite, a 50 % da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, no início do ano letivo a que as propinas e taxas de inscrição se reportam, sempre que estejam em causa as regalias a que se referem os n.ºs 3, 5 e alínea c) do n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual;

b) O valor correspondente, no limite, a 25 % da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, no início do ano letivo a que as propinas, taxas de inscrição e despesas se reportam, sempre que estejam em causa as regalias a que se referem os n.ºs 7 e 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

2 - As majorações a que se referem as alíneas do número anterior, reportam-se ao montante efetivamente pago, e que não seja objeto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de reembolso, por aplicação dos n.ºs 9 e 10 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

3 - Os pedidos de atribuição das majorações a que se refere o n.º 1 anterior são entregues pelo interessado na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o mesmo pertence, acompanhados do respetivo documento comprovativo da atribuição da regalia e da transferência previamente efetuada pela Liga de Bombeiros Portugueses, ou pela entidade legalmente competente para o pagamento.

4 - Os pedidos, a que se refere o número anterior, são encaminhados, pelas respetivas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, para o SRPCBA, para efeitos de verificação e proposta.

5 - As majorações referidas no n.º 1 são atribuídas por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, sob proposta do Presidente do SRPCBA.

6 - Na sequência do despacho a que se refere o número anterior, o departamento do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, transfere para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o beneficiário pertence, o montante relativo às majorações atribuídas.

7 - O pagamento ao beneficiário, das majorações a que se refere o presente artigo, é realizado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o mesmo pertence.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Artigo 6.º

Seguro de acidentes pessoais

Os municípios da Região Autónoma dos Açores suportam os encargos com o seguro de acidentes pessoais dos bombeiros dos diversos quadros dos corpos de bombeiros, dos infantes e cadetes, e dos elementos que integram os órgãos executivos das associações humanitárias de bombeiros voluntários, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, e demais legislação complementar.

Artigo 7.º

Isenção de taxas moderadoras

1 - Os bombeiros beneficiam da isenção do pagamento de taxas moderadoras nas prestações em cuidados de saúde primários e hospitalares, ainda que fora do exercício da sua atividade, nos termos conjugados do artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2011/A, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2020/A, de 2 de abril e da alínea g) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2 - Para os efeitos do disposto no número anterior, os bombeiros devem identificar-se mediante a apresentação de cartão de identificação de bombeiro ou de outro que o substitua nos termos legais.

3 - O disposto no n.º 1 é ainda aplicável aos elementos que integram os órgãos executivos das associações humanitárias de bombeiros voluntários sedeadas na Região Autónoma dos Açores e, bem assim, aos elementos que integram os órgãos executivos da Federação de Bombeiros dos Açores, devendo os mesmos, para tanto, identificar-se mediante a apresentação de documento que comprove, nos termos legais, a qualidade em causa.

Artigo 8.º

Majoração no âmbito dos programas de apoio à habitação

1 - Os bombeiros pertencentes às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários sedeadas na Região Autónoma dos Açores, candidatos aos programas de apoio à habitação, da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, beneficiam de uma majoração de 10 % do montante do benefício atribuído.

2 - A majoração prevista no número anterior não é cumulável com outras majorações previstas noutros programas de apoio habitação previstos em legislação especial.

Artigo 9.º



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Bonificação de tempo de serviço para efeitos de pensão

1 - É atribuído aos bombeiros voluntários que, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, beneficiem de uma bonificação de tempo de serviço para efeitos de pensão, um apoio, correspondente a 25 % do montante das contribuições que tenham de suportar, com o limite de 8.000,00 € (oito mil euros).

2 - O pedido de apoio a que se refere o número anterior é entregue pelo interessado na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o mesmo pertence, acompanhado do respetivo documento comprovativo da atribuição de bonificação de tempo de serviço para efeitos de pensão.

3 - O pedido a que se refere o número anterior, é encaminhado, pela respetiva Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, para o SRPCBA, para efeitos de verificação e proposta.

4 - O apoio a que se refere o n.º 1 é atribuído por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, sob proposta do Presidente do SRPCBA.

5 - Na sequência do despacho a que se refere o número anterior o departamento do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, transfere para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o beneficiário pertence, o montante relativo às majorações atribuídas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

6 - O pagamento ao beneficiário, do apoio a que se refere o presente artigo, é realizado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários a que o mesmo pertence.

Artigo 10.º

Benefícios no âmbito dos municípios

Na Região Autónoma dos Açores, através de protocolo a celebrar entre o SRPCBA e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, os bombeiros voluntários do quadro de comando e ativo, usufruem dos benefícios, descontos ou isenções protocoladas com o respetivo município.

Artigo 11.º

Patrocínio judiciário

Reportam-se ao SRPCBA as referências feitas à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), no Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 48/2012, de 29 de agosto, diploma que regula o direito de assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções.

Artigo 12.º



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vigilância médica de saúde

1 - Os bombeiros voluntários efetuam exames anualmente, no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sem prejuízo do apetrechamento das estruturas de bombeiros no que respeita à realização de inspeções médico-sanitárias, nos termos legais aplicáveis, indispensáveis ao exercício da função de bombeiro.

2 - Os bombeiros voluntários beneficiam ainda da vacinação adequada, nos mesmos termos do estabelecido para os profissionais de risco.

3 - Nas situações de admissão como estagiário das diferentes carreiras, readmissão, mobilidade, ou elementos no quadro de reserva há mais de doze meses, devem ser previamente realizadas inspeções médico-sanitárias extraordinárias.

4 - As inspeções médico-sanitárias referidas nos números anteriores, bem como a vacinação adequada, são suportadas pelo Serviço Regional de Saúde, e asseguradas pela respetiva unidade de saúde do-concelho, em articulação com o comando do corpo de bombeiros.

5 - São estabelecidas, por protocolo a celebrar entre a Direção Regional da Saúde e o SRPCBA, condições específicas destinadas aos bombeiros, tendo em vista o diagnóstico e acompanhamento clínico de doença.

6 - Os bombeiros voluntários que no âmbito das inspeções médico-sanitárias a que se refere o presente artigo, e por razões de saúde,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

revelem incapacidade para o exercício das suas funções, transitam o quadro de reserva.

Artigo 13.º

Apoio psicológico

1 - É criado um programa de saúde em matéria de apoio psicológico aos bombeiros, com o objetivo, designadamente, de dar resposta em situações de trauma, ou traumáticas, na sequência de acontecimentos em serviço.

2 - O programa a que se refere o número anterior é regulamentado através de decreto regulamentar regional, e implementado pelos departamentos do Governo Regional com competência em matéria da saúde e da segurança social.

Artigo 14.º

Apoio Extraordinário

1 - Atendendo à natureza da atividade de bombeiro, é atribuído um apoio extraordinário aos bombeiros voluntários ao serviço das associações humanitárias da Região Autónoma dos Açores.

2 - O apoio a conceder nos termos do número anterior traduz-se na atribuição de um montante pecuniário, de natureza não salarial,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

correspondente a 50% da remuneração mínima mensal garantida na Região Autónoma dos Açores, nos termos e condições a definir por decreto regulamentar regional.

Artigo 15.º

Outros benefícios

1 - Os bombeiros beneficiam de uma redução de 50 %, em todas as taxas e emolumentos aplicadas por organismos tutelados pelo Governo Regional dos Açores.

2 - Os bombeiros beneficiam ainda de entrada gratuita, para visita a espaços de cultura e de ciência administrados pela Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, museus, centros ambientais e monumentos, exceto quando estiverem em causa eventos privados ou que não se enquadrem nas habituais atividades do respetivo espaço.

3 - Para os efeitos do disposto nos números anteriores, os bombeiros devem identificar-se mediante a apresentação de cartão de identificação de bombeiro ou de outro que o substitua nos termos legais.

Artigo 16.º

Licenças



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O bombeiro que ultrapasse um ano de licença transita automaticamente para o quadro de reserva.

Artigo 17.º

Mobilidade

1 - Aos bombeiros voluntários do quadro ativo é permitida a transferência entre corpos de bombeiros, a requerimento do interessado, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) Existência de vaga no quadro do corpo de destino;
- b) O pedido não ser feito por motivos disciplinares.

2 - O bombeiro transferido mantém a carreira, a categoria, a antiguidade e os demais direitos adquiridos.

3 - Aos bombeiros do quadro de reserva é também permitida a transferência, desde que:

- a) Seja para ocupar vaga no quadro ativo do corpo de bombeiro de destino;
- b) O pedido não seja efetuado por motivos disciplinares.

4 - Os pedidos de transferência referidos nos números anteriores são efetuados a requerimento dos interessados, dirigidos ao SRPCBA, acompanhados de pareceres favoráveis fundamentados, dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

comandantes e das entidades detentoras dos corpos de bombeiros respetivos, de origem, e de destino.

Artigo 18.º

Faltas para o exercício de atividade profissional

1 - São consideradas faltas justificadas, para além das previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, as faltas dadas por bombeiros voluntários pertencentes a corpos de bombeiros da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de:

a) Frequência de cursos de formação promovidos ou reconhecidos pelo SRPCBA;

b) Participação em reuniões e ações promovidas ou convocadas pelo SRPCBA.

2 - Compete ao SRPCBA autorizar a frequência dos cursos e a participação em reuniões a que se refere o número anterior.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, aos bombeiros voluntários pertencentes a corpos de bombeiros da Região e aos membros titulares dos órgãos executivos das Associações de Bombeiros da Região e da Federação de Bombeiros dos Açores, o regime jurídico regional de dispensas do exercício efetivo de funções profissionais, requisições e relevação de faltas, por períodos limitados, para organização ou participação em atividades sociais,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

culturais, associativas e desportivas, estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2000/A, de 10 de maio.

Artigo 19.º

Conteúdos programáticos dos cursos de ingresso e promoção na carreira

Os conteúdos programáticos previstos no n.º 12 do artigo 34.º, no n.º 11 do artigo 35.º e no n.º 13 do artigo 35.º-A, todos do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, são definidos por despacho do presidente do SRPCBA, ouvido o Conselho Regional de Bombeiros.

Artigo 20.º

Carreira de oficial bombeiro

1 - O regulamento a que se refere o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, é definido por portaria do membro do Governo Regional que tutela a área da proteção civil e bombeiros, sob proposta do SRPCBA, ouvido o Conselho Regional de Bombeiros.

2 - A dotação da carreira de oficial bombeiro não pode exceder os 25 % do quadro de pessoal homologado, nos termos definidos no regime aplicável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Artigo 21.º

Carreira de bombeiro

O regulamento a que se refere o n.º 5 do artigo 35.º do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, é definido por portaria do membro do Governo Regional que tutela a área da proteção civil e bombeiros, sob proposta do SRPCBA e ouvido o Conselho Regional de Bombeiros.

Artigo 22.º

Carreira de bombeiro especialista

1 - O regulamento a que se refere o n.º 2 do artigo 35.º-A, do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, é definido por portaria do membro do Governo Regional que tutela a área da proteção civil e bombeiros, sob proposta do SRPCBA, ouvido o Conselho Regional de Bombeiros.

2 - A dotação da carreira de bombeiro especialista não pode exceder os 30 % do quadro de pessoal homologado, nos termos definidos no regime aplicável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Artigo 23.º

Ingresso no quadro

Podem ingressar na carreira de bombeiro do quadro ativo, para além das vagas disponíveis em bombeiro de 3.ª, todos os estagiários, ficando como supranumerários até à regularização da dotação prevista.

Artigo 24.º

Readmissões

1 - Findo o período de estágio a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 35.º-B do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, o comandante do corpo de bombeiros envia ao SRPCBA um relatório relativo ao período de estágio do elemento, em que constem os resultados das provas efetuadas, e no qual autoriza a readmissão.

2 - Para efeitos de contagem de tempo de serviço, é considerada na readmissão, a data de início do estágio.

Artigo 25.º

Competência disciplinar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1 - A aplicação de qualquer pena disciplinar ao comandante do corpo de bombeiros é da competência do presidente do SRPCBA.

2 - Das decisões do presidente do SRPCBA sobre penas aplicadas ao comandante, cabe recurso hierárquico facultativo para o membro do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros.

3 - O recurso a que se refere o número anterior é interposto, no prazo de 15 dias, junto do membro do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, sendo o prazo de decisão de 10 dias.

Artigo 26.º

Cartões de identificação

Compete ao SRPCBA assegurar a emissão do cartão de identificação de bombeiro.

Artigo 27.º

Plano de uniformes, insígnias e identificações dos bombeiros

É aprovado, por portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil e bombeiros, no prazo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, o plano de uniformes, insígnias e identificações dos bombeiros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Artigo 28.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/A de 9 de abril.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 26 de outubro de 2023.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Avaliação Prévia de Impacto de Género

1 - Identificação de iniciativa

Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores.

2 - Descrição da situação de partida sobre a qual a iniciativa vai incidir

Proposta de decreto legislativo regional que adapta à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua atual redação, o qual define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

3 - A iniciativa consiste num ato normativo de carácter meramente repetitivo e não inovador?

Sim Não Nota: Em caso de resposta afirmativa o preenchimento da ficha encontra-se concluído.

4 - Previsão de resultados a alcançar e valoração do impacto de género

Categorias / Indicadores	Avaliação			Valoração		
	Sim	Não	N/A	Positivo	Neutro	Negativo
1 Direitos:						
1.1	A iniciativa afetará os direitos das mulheres ou dos homens de forma direta ou indireta?	X			X	
Notas:						
2 Acesso:						
2.1	O número de homens e mulheres que beneficiam da aplicação da iniciativa é igual?	X			X	
Notas:						
2.2	A iniciativa permite que os homens e mulheres participem de igual modo?	X			X	
Notas:						
3 Recursos:						
3.1	Homens e mulheres têm o mesmo acesso aos recursos (tempo, financeiros, informação) necessários para poderem beneficiar da aplicação da iniciativa?	X			X	
Notas:						
3.2	A iniciativa promove uma distribuição igual de recursos entre homens e mulheres?	X			X	
Notas:						
4 Normas e Valores:						
4.1	Caso a iniciativa entre em vigor, os estereótipos de género, bem como as normas e valores sociais e culturais, irão afetar homens e mulheres de forma diferente?		X		X	
Notas:						
4.2	Os estereótipos e certos valores serão uma barreira para mulheres ou homens quando tentarem maximizar os benefícios que lhes são concedidos pela iniciativa?		X		X	
Notas:						
Totais:						
5 2 0 0 7 0						

5 - Conclusão/propostas de melhoria